



O “DIZER” E O “COMO DIZER”: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO FORMA/CONTEÚDO NO MANUAL DE RADIOJORNALISMO JOVEM PAN

Lourival da Cruz Galvão Júnior¹

RESUMO: Este trabalho busca compreender o estabelecimento da relação entre “conteúdo” e “forma” no “Manual de Radiojornalismo Jovem Pan” (PORCHAT, 1993). Para tanto, recorre-se à Bakhtin (1992), que considera como indissociáveis os elementos citados. Após criterioso exame empreendido na obra, observou-se, porém, um considerável desequilíbrio na relação entre “conteúdo” e “forma”, com predomínio incontestável do último elemento. Tal condição revelou-se oriunda da permanente e rígida padronização dos processos de produção dos conteúdos noticiosos, que assumem posição meramente complementar ou adjetiva, às avessas de serem prioritários ou, no mínimo, equivalentes à forma.

PALAVRAS-CHAVE: *Radiojornalismo; Linguagem; Forma e Conteúdo; Manual de Redação Radiofônica.*

¹ Professor de Radiojornalismo na Universidade de Taubaté (UNITAU), jornalista e mestre em Linguística Aplicada formado pela instituição.

1- Considerações iniciais

O uso de manuais de redação é uma prática recorrente no jornalismo. Neles é possível entender a existência de uma tendência de padronização sedimentada no estabelecimento de estilos redacionais diversificados e específicos. Tais compêndios, comuns em várias mídias, têm funções e objetivos distintos:

Compilar e transmitir normas e padrões do estilo jornalístico, voltado principalmente para jovens jornalistas; padronizar normas de estilo do veículo específico; orientar o comportamento e atitudes de jornalistas de um veículo; transmitir e divulgar a ideologia da empresa jornalística (ou política editorial) para jornalistas e leitores; divulgar o nome do jornal junto ao grande público, servindo de instrumento de marketing; estreitar sua relação com o leitor, estabelecendo uma espécie de contrato, pelo qual poderá ser cobrado; substituir parcialmente as gramáticas, principalmente na função de consulta de dúvidas (CAPRINO, 2002, p. 101).

Uma dessas publicações é o “Manual de Radiojornalismo Jovem Pan (PORCHAT, 1993), doravante MRJP. Lançado em 1993, atingiu três edições no mesmo ano, sendo a última revisada. Manteve distribuição até 2008, quando oficialmente deixou de circular². Ainda assim, a obra ocupa espaço privilegiado. É usada para consulta em diversas bibliotecas de faculdades de Comunicação Social no Brasil e é indicada em referências bibliográficas de muitos escritos acadêmicos. O MRJP, que refletiu o modelo tecnicista adotado pela Jovem Pan e deixou marcas no atual radiojornalismo da emissora, transmutou-se em “guia” complementar de um número inimaginável de outras redações radiojornalísticas.

A partir dessas considerações, este artigo analisará o estabelecimento da relação, no MRJP, entre o *conteúdo* (entendido aqui como “aquilo que é dito) e a *forma* (indicada como o “método de dizer aquilo que será dito”). Para tanto, busca como fundamentação os estudos de Bakhtin sobre o problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária.

A forma não pode ser compreendida independentemente do conteúdo, mas ela não é tampouco independente da natureza do material e dos procedimentos que este condiciona. A forma depende, de um lado, do conteúdo e, do outro, das particularidades do material e da elaboração que este implica (BAKHTIN, 1992, p. 206).

² Informação obtida junto serviço de atendimento ao consumidor da Editora Ática, responsável pela referida impressão e distribuição da obra.

O método usado será a análise das partes I, II e III do MRJP, uma vez que elas detêm mais densidade e posicionam-se no cerne da obra. Por revelarem tendência rarefeita e descritiva, outros segmentos como o prefácio, a apresentação, a parte IV (exposta como um vocabulário de termos técnicos e de jargões) e o apêndice não serão analisados por este artigo.

Inicialmente, torna-se oportuno salientar que o rádio posiciona-se dentre as mídias contemporâneas como a única a oferecer ao receptor, denominado “ouvinte”, apenas uma forma de percepção sensorial: o som. “Dá-se o nome de som a toda vibração mecânica que se propaga num meio elástico, desde que as frequências que a compõe encontrem-se dentro de uma faixa audível de frequências ou audiofrequências” (NEPOMUCENO, 1994, p. 44). Desse fenômeno físico que permeia a atmosfera terrestre são difundidos, pelas ondas hertzianas³, os diversos conteúdos extraídos pelo cérebro, a partir do aparelho auditivo humano. Dentre os sons emitidos, a fala é a responsável pela emissão do texto verbal oral que materializa a mensagem radiofônica e também está fartamente presente no cerne do radiojornalismo, consolidando-se como imprescindível à difusão noticiosa.

Pelo fato de o rádio tradicional ser um meio exclusivamente sonoro, o componente verbal da mensagem só pode ser expresso por meio da articulação vocal. Daí o fato de as sequências radiofônicas, seja um programa, seja numa reportagem, por exemplo, apresentarem uma grande variedade e alternância de vozes (MACIEL, 2009, p. 153).

Torna-se oportuno esclarecer que este artigo entende “texto”, independente de sua condição oral ou escrita, como aquilo que forma “um ‘conjunto coerente de signos’ [...], objeto de significação, isto é, gerador de sentidos”, conforme explicita Vidal ao citar preceitos de Bakhtin (2009, p. 111). Para dar significado ao conteúdo textual transmitido pelas ondas radiofônicas, o ouvinte necessita ter estimulada sua capacidade sensorial, visando ao estabelecimento de um processo de interação.

O rádio envolve o ouvinte, fazendo-o participar por meio da criação de um ‘diálogo mental’ com o emissor. Ao mesmo tempo, desperta a imaginação através da emocionalidade das palavras e dos recursos de sonoplastia, permitindo que as palavras

³ Este termo faz referência a Heinrich Hertz (1857-1894), que “construiu um aparelho com o qual confirmou a existência das ondas eletromagnéticas” (COSTELLA, 1994, p. 149), pelas quais foi possível transmitir, inicialmente, o código Morse e, posteriormente, o som, por intermédio do rádio.

tenham nuances individuais, de acordo com as expectativas de cada um (ORTRIWANO, 1985, p. 80).

Salienta-se que a sensorialidade não é a única ou a principal característica responsável por diferenciar o rádio dos demais veículos vigentes. Pela oralidade, por exemplo, aquilo que é transmitido em forma de som pode ser facilmente absorvido pelo ser humano, sem sujeição à etnia, idade, sexo, capacidade financeira, convicção ideológica ou opção religiosa, entre outras condicionantes de estratificação social. Não há limitação de acesso ao conteúdo transmitido via rádio, uma vez que o rádio exige do ouvinte somente um aparelho para recepção e uma condição auditiva liberta de barreiras e ruídos. “O rádio fala e, para receber a mensagem, é apenas necessário ouvir” (op. cit. p. 78). Um dos estímulos à acessibilidade dos conteúdos radiofônicos provém do vertiginoso desenvolvimento tecnológico notadamente evidenciado no século passado, período em que o rádio ganhou ampla capacidade de difusão do som a distâncias inimagináveis. No atual contexto temporal, tal predisposição tornou o rádio ainda mais abrangente, pois ele, bem como outras mídias “eletrônicas”, também tem se formatado quanto à transmissão a partir da convergência com o meio digital.

4

Em seus primeiros anos, o poder do rádio foi temido devido, principalmente, ao desconhecimento de suas potencialidades e consequências. Hoje, a situação não é diferente: mais que o poder do rádio, o poder da comunicação continua temido, agora via informática. É a vez da internet ocupar o lugar central nos palcos de discussão, como meio para diferentes manipulações radiofônicas: suporte para as transmissões normais; emissoras virtuais, que existem somente na internet, rádio *on demand*, ou seja, ouvir programas que já foram para o ar ou a disponibilização de outros arquivos sonoros, como gravações históricas, por exemplo, (ORTRIWANO, 1998, p. 28).

Avalia-se, pelo exposto, que o aparato tecnológico hodierno não privilegia somente os aspectos de transmissão, mas porventura os de recepção, já que os aparelhos de rádio estão disponíveis em variados tamanhos e formatos, chegando a caber na palma da mão. Além disso, o rádio tornou-se ‘acessório’ em outros dispositivos eletrônicos, como os telefones celulares e tocadores de MP3 – dispositivos de áudio que comprimem digitalmente os sons em arquivos pequenos, sem perda de qualidade.

O conteúdo radiofônico fartamente disponibilizado por via analógica ou digital, quando absorvido no âmbito cerebral, gera condições de alta ou de baixa estimulação (ORTRIWANO, 1985, p. 29). O estímulo é considerado baixo, no caso dos programas

musicais, por exemplo, quando aquilo que é transmitido não é mobilizador, ou seja, o som tem apenas o intuito de possibilitar um momento de lazer e descontração. Entretanto, a estimulação do ouvinte é alta quando aquilo que é transmitido é mobilizante, ou seja, busca “prender”, de forma contínua, a atenção de quem ouve.

Assim sendo, torna-se possível enquadrar o radiojornalismo como um difusor de conteúdos de alta mobilização, uma vez que necessita, *a priori*, da retenção da atenção dos ouvintes no ato da difusão. Contudo, se comparado ao jornalismo impresso, aquele que é praticado no rádio encontra uma sutil desvantagem decorrente dos canais de transmissão dos conteúdos. A presença física do texto em um periódico permite ao leitor, conforme entende Kleiman (1995), que sejam empregados os conhecimentos prévios necessários à leitura – e, portanto, a absorção dos conteúdos, de forma plena, eficiente e bem sucedida.

No ato da leitura, diferentemente do que acontece no ato da audição radiofônica, há plena oportunidade de o receptor usar plenamente os conhecimentos adquiridos no transcorrer da existência, indicados como: linguísticos implícitos e/ou de mundo (comuns a todo falante por influência de seu meio social), textuais (baseados nos tipos de texto e em suas estruturas semântico-sintáticas) e enciclopédicos (obtido no processo de ensino/aprendizagem). “Pode-se dizer com segurança que sem o engajamento do conhecimento prévio do leitor não haverá compreensão” (op. cit. p. 13).

Na concepção de Kleiman, ao acionar seus conhecimentos prévios perante um texto impresso, o leitor tem a chance de realizar uma leitura global para exploração do texto. Em seguida, a ele é permitido fazer uma leitura completa visando à compreensão das idéias principais e secundárias para, por fim, assumir um posicionamento crítico perante uma leitura final detalhada. No rádio, a situação da absorção dos conteúdos é diferenciada, pois a atenção do ouvinte pode, muitas vezes, ser dividida entre o texto oral e outra atividade concorrente (ORTRIWANO, 1985, p. 82). Portanto, é pertinente declarar que, por não dispor de um elemento físico palpável, como ocorre no texto impresso, o ouvinte está submetido a um risco maior de, no momento da captação dos conteúdos transmitidos pelo rádio, não absorver aquilo que é dito de uma maneira minimamente eficaz. Salienta-se, ainda, que a condicionante espaço/tempo também é diferenciada para leitores e ouvintes e pode gerar prejuízo à significação da mensagem.

Entretanto, é adequado ressaltar que não caberá a este artigo avaliar tal aspecto, que será explorado em momento oportuno.

É válido lembrar que a redação radiofônica adquiriu especificidades que buscam torná-la clara e objetiva, com o intuito de minimizar um possível prejuízo à compreensão dos conteúdos por parte do ouvinte devido à fragilidade da transmissão do texto oral, conforme foi atestado na explicitação feita anteriormente. Essas condutas sistemáticas de adequação e de padronização dos processos de produção e transmissão ganharam, no decorrer do tempo, viés tecnicista e passaram a constar em manuais como o MRJP, que sugerem como aquilo que será redigido, ou mencionado de forma improvisada, deve ser elaborado pelo jornalista radiofônico. A obra orienta, por exemplo, que não basta apenas saber como redigir um texto formatado com base em concepções técnicas. É necessário que sua leitura interpretativa, feita “ao vivo” no estúdio ou “em campo”, ou na condição “gravada”, também siga parâmetros técnicos pré-definidos. Essa exposição indica que aquilo que o *conteúdo* exposto em um texto previamente elaborado ou de maneira improvisada deve ser composto por *formas* que tenham como propósito prioritário o favorecimento da transmissão e da recepção, independente da condição espaço/tempo na qual o ouvinte está inserido. Pelo exposto, nos próximos segmentos deste artigo, ocorrerá a análise descritiva dos procedimentos citados visando o entendimento da relação forma/conteúdo no MRJP.

2- MRJP / Exame da Parte I

Subdividida nos itens “prestação de serviços” e “credibilidade”, mostra, inicialmente, o perfil do público da emissora a partir de um levantamento estatístico de 1988. Não há, porém, explicitação da metodologia usada à época. Na sequência, são expressas informações relativas à história da emissora, ressaltando a tendência do rádio, do radiojornalismo e da empresa radiofônica em privilegiar a prestação de serviços (p.p 15-19). Mais à frente são expostas “a rotina” da Jovem Pan, com ênfase para “fins de semana e feriados”, “projeto de férias”, “carnaval”, “vestibulares e supletivos”. Para arrematar, revela-se o organograma da empresa à época da publicação analisada (p.p. 20-25). Identifica-se, assim, a personificação da obra como “manual” que representa e reflete o passado, a atuação presente e o público ouvinte da Jovem Pan.

Graças a essa caracterização, manifesta-se, nos segmentos seguintes, uma justificativa à padronização da produção radiojornalística. Isso pode ser notado quando o assunto “credibilidade” é tratado no segundo item da parte I. “Não existe meio-termo na confiança do ouvinte e por isso não se pode errar na informação. A exatidão da notícia é exigida com todo o rigor e seriedade, em todos os setores do jornalismo” (p. 26). Este trecho apresenta a confiabilidade dos conteúdos como algo resultante da “checagem das informações” que deve estar relacionada ao “comando da proposta jornalística na empresa”. Como efetuar a busca pela isenção, a escolha das fontes, o contato com o ouvinte e a tomada de posturas específicas, como a de “não especular dramas humanos” e de “selecionar o que vai para o ar”, entre outros procedimentos subsequentes, denotam o caráter didático do manual (p.p. 28-36).

3- MRJP / Exame da Parte II

É nominada com a expressão “da pauta à locução” e exhibe os processos de produção dos conteúdos jornalísticos na emissora, quem se iniciam com a obtenção e a formulação das pautas noticiosas. Alerta-se neste trecho para o cuidado com a manipulação que pode acontecer por parte das diversas fontes envolvidas no fato. Cita-se também a necessidade de promover reuniões de pauta, com a explicitação de regras detalhadas para os “pauteiros” (responsáveis pelas pautas) e os repórteres (p.p. 43-48). A reportagem, que é tida como “base do radiojornalismo” (p. 49) é introduzida com a apresentação do então vigente código de ética do jornalista, que é acompanhado de considerações acerca do “ser repórter” e da relação dele com as fontes de informação e com o público (p.p. 52-53). Descreve-se ainda, e brevemente, a manipulação das informações em matérias ao vivo e o improvisado. Na sequência, indicados por tópicos, estão critérios e procedimentos para entrevistas e reportagens (p.p. 54-61).

Os segmentos seguintes tratam da caracterização da notícia e do estilo “manchetado” de redação sugerido pelo MRJP. “Manchetar é redigir as notícias em frases curtas, sintéticas, duas a duas, para serem lidas, cada uma por um locutor, alternadamente, sem prejuízo da nitidez” (p. 62). Torna-se oportuno salientar que o formato redacional mencionado ganhou projeção e é adotado por outras emissoras, uma

vez que se tornou uma alternativa à forma “corrida”, em que “fatos são hierarquizados por ordem crescente de importância” (KOPPLIN e FERRARETTO, p. 15, 1992).

Há, a partir deste trecho, todo um desencadeamento de determinações a serem obedecidas visando à construção do texto radiofônico jornalístico (p.p. 63-73). Evidencia-se, por conseguinte, o interesse em como escrever, estabelecendo uma forma àquilo que deve ser dito. No subitem que vem a seguir são expostas mais normas de perfil técnico de atuação, com destaque para a edição textual escrita e oral, a “datilografia do texto”, a apresentação dos programas, os procedimentos com o esporte e uma introdução à locução (p.p. 74-90).

4- MRJP / Exame da Parte III

Ela apresenta como tema central “a linguagem de rádio”. Há a impressão de que aquilo que é dito por intermédio do fato terá seu espaço reservado neste segmento, ao contrário do que foi notado nas partes I e II, onde as regras e os procedimentos sobre “como fazer” foram dominantes. Mas essa noção logo é dissipada na introdução, que estabelece um significado simples à linguagem jornalística radiofônica, conforme explicitação a seguir:

Todo o processo radiojornalístico – da pauta à locução –, no momento em que o programa está no ar, conclui-se em linguagem. E, muitas vezes, um trabalho sério e inteligente, bem pautado e pesquisado, desvaloriza-se por não saber lidar com as palavras (p. 93).

Salienta-se, ainda, que não foi encontrado posteriormente um desdobramento de maior profundidade sobre linguagem e discurso. Há apenas rigor metodológico voltado ao “fazer” radiojornalístico. O que também se verifica nos subitens sequenciais do MRJP é a procura por uma uniformização linguística, alicerçada em “depoimentos de professores de Língua Portuguesa” (p.p. 95-96). São citações simplesmente expostas sem indicação de que serão posteriormente esmiuçadas. No subtítulo “o rádio é só audição” novamente são utilizados tópicos sobre a peculiaridade oral do veículo, que visa ao estabelecimento de condutas a serem observadas quanto ao manejo do som.

A seguir, no subitem “rádio em toda parte a qualquer momento”, expõe-se superficialmente outras características da referida mídia, como já trabalhadas com mais

profundidade por Ortriwano (1985, p.p. 78-81). Enfim, conclui-se a particularização da linguagem radiofônica como “nítida, simples, rica, repetitiva, forte, concisa, correta, invocativa, agradável” (p. 99). Para tanto, porém, é preciso que a linguagem seja “espontânea, como se fala, e correta, como se escreve” (p. 100). Desse modo, estabelece-se uma justifica para a adoção subsequente de condutas redacionais específicas próximas a coloquialidade e à norma culta da língua.

É o que ocorre no subitem “nitidez”, que apresenta, a partir de exemplos didáticos, condições relativas à objetividade e simplicidade apontadas como necessárias ao texto radiofônico jornalístico. “Nitidez demanda simplicidade, frases enxutas e corretas, exatidão e não temer a repetição, que reforça a comunicação oral” (p. 102). Nos modelos redacionais que se seguem, prevalece a condição de “como dizer ou escrever”, sem haver referência direta àquilo que vai se dizer ou escrever (p.p. 102-140). Mais uma vez, a *forma* revela-se nitidamente hegemônica, condição que dá ao *conteúdo* um *status* de menor relevância.

“O estilo no rádio” é a designação dada ao último subitem na parte III. Semelhante ao que já fora registrado, o segmento em questão apresenta-se subdividido por temas que são fracionados por tópicos. A linguagem é usada novamente como mote para justificar a proposta de padronização, conforme revela o seguinte trecho:

Lutamos sem cessar pela atenção do ouvinte! A nitidez e a correção da linguagem são armas importantes, mas ainda faltam outras, que dependerão de talento. São as exigências do rádio no que se relaciona com a habilidade do jornalista em alimentar o interesse daquele que ouve (p.141).

O tratamento da linguagem nos demais tópicos, com o propósito da manipulação radiojornalística, prioriza o estabelecimento de procedimentos metodológicos específicos, conforme havia sido apontado anteriormente. Destacam-se a neste derradeiro segmento a indicação para o uso das palavras e dos clichês, os riscos inerentes aos vícios lingüísticos, neologismos e sonoridade, chegando até mesmo ao estabelecimento textual escrito de como pronunciar determinados termos (p.p. 142-147). Percebe-se a finalização da parte III baseada na condução técnica da notícia – fato que pode ser também flagrado no decorrer de todo o MRJP. O entendimento daquilo que

será dito, sua origem e motivação não é tratado naqueles espaços com a mesma consideração e apreço.

5- Considerações finais

No tocante ao que foi apresentado pelo MRJP é mínimo entender que, no bojo dos procedimentos metodológicos por ele expostos, existem elementos ideológicos e discursivos provenientes da cultura organizacional presente na Jovem Pan à época da publicação. Porventura não há, em momento algum da obra, explicitação de que algo sobre ideologia e discurso será versado de forma abrangente ou crítica, já que a configuração adotada está na salvaguarda do conceito de “manual” ou “guia” de trabalho para o jornalista radiofônico que atua – ou pretende atuar – na citada emissora.

A condição consolidada de compêndio teórico de uma ação técnica justifica a falta de profundidade analítica sobre aquilo que será noticiado. Nota-se que há somente a tendência contínua em privilegiar a *forma* em detrimento do *conteúdo*. No caso particular do MRJP, a condição estabelecida de “peça de consulta” para um correto e eficaz modo de escrever e falar oculta o dispositivo de ignição de um possível engessamento do jornalismo radiofônico, que tenderá a depositar uma preocupação maior com as *formas* de captação, produção e veiculação do fato, relativizando a importância do *conteúdo* presente no fato. Ao estabelecer limites operacionais, as técnicas metodológicas ressaltadas pelo livro também indicam a possibilidade na restrição à participação do ouvinte, que assume o papel de agente passivo perante o ato da absorção de conteúdos jornalísticos de caráter notadamente estanques. Em contrapartida, há possibilidade de ocorrer indução do pensamento crítico do jornalista que, ao obedecer de maneira irrestrita conceitos resumidos em tópicos, pode limitar sua reflexão e ação perante o conteúdo a ser noticiado.

A manifestação das potencialidades do rádio, conseqüentemente, também sofre a ameaça de restrição caso ocorra obediência irrestrita e inquestionável às normas técnicas preestabelecidas. No caso do jornalismo radiofônico, vislumbra-se o risco de uma limitação na interatividade e na integração entre veículo/ouvinte, já que o primeiro assume a postura de um mero transmissor de fatos moldados para um segundo que não

encontra, na integralidade, aquilo que pode realmente necessitar ou desejar. A comunicação estabelecida, neste caso, será de “mão única”.

Outra observação viável é a de manipulação do ouvinte que, por não assumir uma condição de participante “falante”, pode ser levado a depositar uma maior atenção no efeito estético da notícia radiofônica elaborada a partir de conceitos unicamente técnicos. O sentido daquilo que é dito dilui-se numa estrutura pensada estrategicamente para cativar e persuadir. Não há, portanto, oferecimento para uma imersão no conteúdo daquilo que se fala, mas há, sim, mais estímulo à observação das formas técnicas usadas para escrever e falar. É importante destacar que as considerações construídas neste artigo não pretendem indicar uma conclusão de que o MRJP sugere um completo rompimento ou separação entre o *conteúdo* e a *forma*. Porém, ressalta-se que o desequilíbrio entre as partes pode resultar um jornalismo radiofônico inconsistente, limitado e atento apenas à fragilidade do texto oral, mas distante das demais características que tornam o rádio um veículo interativo e democrático. Tal consideração baseia-se no entendimento de Bakhtin sobre a criação literária:

11

O procedimento artístico não pode reduzir-se apenas a um processo de elaboração do material verbal (do dado linguístico), ele deve ser, acima de tudo, processo de elaboração de um conteúdo determinado que, todavia, recorre a um material determinado. Seria ingênuo imaginar que o artista somente necessite conhecer a língua e os processos de elaboração dela, e que esta língua lhe seja dada precisamente enquanto língua e nada mais, em outros termos, que ela lhe venha do lingüista (pois apenas o lingüista lida com a língua como tal), e que seja justamente essa língua que inspira o artista a quem nada mais resta senão servir-se dela para executar tudo o que quer, sem sair do âmbito em cujo interior a língua se insere enquanto língua somente - o que entra nos desígnios da semasiologia, da fonética, da sintaxe, etc. (BAKHTIN, 1992, p. 206).

Assim, no que diz respeito ao radiojornalismo, é factível entender que a padronização rígida dos processos de produção dos conteúdos apresentada pelo MRJP atua como um instrumento de condicionamento restritivo dos *conteúdos*, que tomam a posição de elemento meramente complementar ou adjetivo, às avessas de ser prioritário ou, no mínimo, equivalente à *forma*. Tal conclusão indica que, no rádio, a elaboração da notícia e a definição da linguagem podem ser determinadas por sistemas produtivos específicos e peculiares a cada emissora, com destaque àquelas que, como a Jovem Pan, decidiram adotar manuais durante algum momento de sua história.

Ainda é possível entender, depois do que foi encontrado no MRJP, que a constituição de uma linguagem jornalística radiofônica pode ser estabelecida a partir de uma relação desigual entre forma, que é ressaltada, e do conteúdo, que é minimizado. Este desequilíbrio, por consequência, afetará não apenas o rádio, que se torna limitado, como também levará o jornalismo praticado nesta mídia a uma condição de insipiência e contenção.

Por fim, salienta-se que o entendimento da viabilidade das condições apontadas neste artigo servirá, em momento oportuno, ao desenvolvimento de um estudo sobre a relação forma/contéudo desencadeada em condições de tempo/espáço específicas, tendo como objetos, na etapa citada, radiojornais de emissoras comerciais, educativas e comunitárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CAPRINO, Mônica Pegurer. “Questão de estilo: o texto jornalístico e os manuais de redação”. Comunicação & Sociedade, São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, a. 23, n. 37, 1º sem. 2002, p. 105-123.
- COSTELLA, Antonio. Comunicação – do grito ao satélite. 2ª ed. São Paulo: Mantiqueira, 1985.
- KLEIMAN, Angela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Pontes, 4ª ed. 1995.
- KOPPLIN, Elisa e FERRARETTO, Luiz A. Técnica de Redação Radiofônica. Porto Alegre: Sagra, 1992.
- MACIEL, Suely. “A dinâmica da cidade e da vida privada nos diálogos de viva-voz na mídia radiofônica”. In: TAGÉ, Terezinha (org.). Sensibilidades Configuradas. São Paulo: Miró, 2009.
- NEPOMUCENO, Luiza de A. Elementos de acústica física e psicoacústica. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 1994.

ORTRIWANO, Gisela S. A Informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. 2. ed. São Paulo: Summus, 1985

_____. Interatividade entre rosas e espinhos. In: Revista Novos Olhares: São Paulo, Eca/USP. Ano 1, nº 2, 2º semestre de 1998, pp. 13-30

PORCHAT, Maria E. Manual da Radiojornalismo Jovem Pan. São Paulo: Vozes, 3. ed., 1993 (Série Fundamentos).

VIDAL, Marly. “Discurso e texto da cultura: uma perspectiva de produção de sentido da vida urbana brasileira nos textos jornalísticos de Lya Luft”. In: TAGÉ, Terezinha (org.) Sensibilidades Configuradas. São Paulo: Miró, 2009.